

AMBIENTE

EUA querem regulamentar comércio mundial de mogno

Grupo recomenda ao governo Clinton inclusão da espécie entre as ameaçadas de extinção

LIANA JOHN
 e PAULO SOTERO

O governo dos Estados Unidos quer regulamentar o comércio internacional do mogno extraído das florestas da América do Sul, México e América Central. O Brasil produz cerca de metade do mogno vendido no mercado mundial e opõe-se à iniciativa americana, que está sendo articulada com o apoio da Bolívia, o outro grande exportador da madeira.

Num decisão preliminar ainda não oficializada, um grupo interministerial recomendou na sexta-feira que a administração Clinton apóie a inclusão da *Swietenia macrophylla* (nome científico da árvore) ou mogno de folha grande, no Apêndice 2 da Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites, sigla em inglês). Washington deve formalizar a decisão até sexta-feira da próxima semana, quando será fechada a pauta para a reunião da Cites, em junho.

A inclusão do mogno no Apêndice 2 da Cites sujeitaria os exportadores e importadores a regulamentos especiais, tais como certificado de origem, cumprimento de leis nacionais de extração e embarque e desembarque em portos específicos.

A proposta, que poderá ser apresentada formalmente pela Bolívia com apoio americano, nasceu na verdade nos EUA. Em setembro, o Serviço de Pesca e Vida Selvagem, uma agência do Departamento do Interior que representa os EUA na Cites, enviou carta aos países produtores informando que havia recebido solicitação de uma organização ambientalista pedindo a inclusão do mogno no Apêndice 2 e solicitando comentários.

O Brasil respondeu à consulta de Washington manifestando-se contra. Segundo Eduardo Martins, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), "a proposta deixa entrever uma intenção da Cites de se tornar responsável pela gestão de florestas". Além disso, "o governo considera que as medidas tomadas internamente demonstram a disposição do País de controlar a extração do mogno", disse ele. Entre



Hélcio Nagamini/AE — 27/11/96

Adoção de restrições ao comércio de mogno divide especialistas

as medidas estão a progressiva redução da cota de exportação e a suspensão por dois anos da concessão de novas autorizações de corte.

Ironicamente, as medidas adotadas foram usadas como argumento por organizações e líderes ambientalistas para defender a iniciativa de Washington que Brasília considera desnecessária e contrária aos interesses do País. "A necessidade de ação (para incluir o mogno na Cites) é irrefutável", afirmaram os representantes de 138 organizações

numa carta enviada ao vice-presidente Albert Gore, em dezembro, pedindo-lhe para encampar a causa dentro da administração. "O risco para a espécie é tal que o Brasil proibiu a concessão de novas licenças para cortar mogno nos próximos dois anos", disseram.

Funcionários brasileiros afirmam que as medidas adotadas pelo Ibama não significam que a *Swietenia macrophylla* seja uma espécie ameaçada de extinção. O Instituto Internacional de Florestas Tropicais (IITF), de Porto Rico, que é parte do Serviço Florestal do Departamento de Agricultura dos EUA, concorda com a avaliação brasileira.

"A proposta do governo dos EUA é mal fundamentada e constitui um mau exemplo de como a ciência é usa-

da pelo governo americano para guiar a gestão dos recursos naturais", escreveu Ariel E. Lugo, do IITF, num trabalho sobre o assunto. "A proposta não está à altura dos padrões científicos e de imparcialidade requeridos para se resolver questões complexas, não reflete o conhecimento atual sobre a ecologia e a biologia, é fortemente preconceituosa, contém dados falhos e ignora informações disponíveis que dariam aos encarregados da tomada de decisões uma compreensão mais precisa da questão", afirmou Lugo. "Por isso, a proposta deveria ser abandonada."

Para o vice-presidente da Associação Internacional dos Importadores de Madeiras (IHPA), Robert Waffle, o fato de a proposta ter sido adotada em princípio como posição de governo "revela o caráter político da decisão" que Washington deve anunciar nos próximos dias. "Para os grupos ecológicos americanos, essa é uma causa atraente, pois não tem custo político em casa e lhes permite avançar na campanha para criar condições ambientais ao comércio", afirma.

Desde a ativação dos regulamentos pelo Ibama, o preço internacional do mogno subiu 20%. As exportações bolivianas passaram as brasileiras nos EUA. O mogno do Brasil é mais comprado na Inglaterra. EUA e Inglaterra representam 80% das importações mundiais, que somam mais de US\$ 100 milhões por ano. "Embora o Apêndice 2 não signifique banimento, as espécies incluídas na lista não são importadas pelos países da Comunidade Européia", explicou Prado.

**APROVAÇÃO
 DE
 PROPOSTA
 DEVERÁ
 RESTRINGIR
 COMÉRCIO DA
 MADEIRA**

Ambientalistas pressionam pela Internet

Entidades ambientalistas norte-americanas e internacionais estão pressionando o governo dos Estados Unidos para que ele não recue no pedido de inclusão do mogno no Apêndice 2 da Cites. Os alvos preferidos dos ambientalistas são o vice-presidente Al Gore, que é favorável a essa proposta há anos, e o secretário do Interior, Bruce Babbitt. A idéia é inundar o correio comum e o eletrônico de ambos com mensagens apoiando a medida.

A campanha na Internet é liderada pelas organizações não-governamentais Rainforest Defenders e Rainforest Action Network. A primeira é uma entidade dirigida por estudantes da Massachusetts High School e a segunda é uma organização criada nos Estados Unidos há dez anos, cuja campanha mais famosa foi o boicote à cadeia de lanchonetes Burger King, por comprar carne de gado criado em áreas

desmatadas.

"A inclusão do mogno no Apêndice 2 da Cites não significaria um banimento do comércio ou proibição de extração da madeira, mas obrigaria os exportadores a controles nos portos e dificultaria as transações com madeira contrabandeada", explica Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra. A entidade foi responsável pela primeira proposta de inclusão do mogno na Cites.

Apresentada pela Holanda em 1994, ela foi rejeitada pelos países exportadores. A expectativa de Smeraldi era a de que agora o Brasil fosse favorável "tendo em vista as medidas de controle adotadas recentemente", observa. "O Brasil

poderia vender dez vezes mais mogno do que hoje, mas de forma controlada, combatendo a ilegalidade difusa e o contrabando crescente."

Conforme explica o ambientalista, as diferenças legais entre Brasil,

Peru e Bolívia originam esquemas de extração, beneficiamento e revenda ilegal do mogno nas fronteiras amazônicas, com conexões com o narcotráfico.

"O controle de todos os exportadores evitaria, por

exemplo, que o mogno brasileiro fosse exportado como boliviano porque teria um perito nos portos de saída e as serrarias teriam de comprovar a origem da madeira", enfatiza Smeraldi. (Liana John)

SMERALDI:
 "PAÍS DEVERIA
 COMBATER
 CONTRABANDO"